

# A COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL ONSHORE.

Adriano Lucena da Silva<sup>1</sup>, Luciano Schaefer Pereira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

**RESUMO:** O trabalho discute a competência dos municípios para o licenciamento ambiental das atividades de exploração de petróleo e gás natural *onshore*. Para tanto, foi analisados diferentes normas com o objetivo de definir a extensão do papel do licenciamento ambiental praticados pelo município frente à atividade de exploração petrolífera onshore. A Constituição Federal, a Lei 6.938/81, as Resoluções 237/97 e 23/94 do CONAMA e a Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011 formaram o arcabouço básico de análise do instrumento em tela. Constatou-se a grande contradição existente entre os comandos constitucionais e os verificados nas normas infraconstitucionais relativos à matéria de competência licenciatória por ausência de regulamentação exigida pelo Art. 23 da Carta Magna. Promulgada a Lei 140/2011 verificamos o reconhecimento da definição de competência licenciatória pautada na área de abrangência do impacto ambiental, salvo exceções expressa em Lei. A participação do poder local na efetivação da Política Nacional do Meio Ambiente, através do licenciamento ambiental é definitivamente regulamentada. Desse modo, o município passar a atuar de maneira mais incisiva na construção do licenciamento ambiental das atividades petrolíferas onshore, afinal as atividades de exploração de petróleo e gás natural *onshore* são abarcadas por uma base territorial municipal. Entretanto, nas fases posteriores a exploração, constatada a viabilidade econômica do campo pelo poço pioneiro, seu poder de impacto ao meio ambiente é potencializado, pelo risco constante de um vazamento na área de exploração que poderia gerar impactos para além dos limites municipais, outro ponto considerado é a necessidade de interligação entre a área de exploração e as áreas de armazenamento e produção do petróleo, em muitos casos não estarem necessariamente em um mesmo município. Diante desse quadro, distanciar o município do licenciamento ambiental, sobretudo, na fase exploratória comprometeria a eficácia do instrumento. A efetivação ao direito do ambiente ecologicamente equilibrado, princípio fundamental de nossa Constituição Federal de 88, se substancia no reconhecimento do poder local como ente licenciador, sobretudo, quando estamos diante de atividades reconhecidamente poluidoras, como é o caso das atividades de exploração de petróleo e gás natural *onshore*. Desse modo, prescindir da participação do município para o licenciamento ambiental de atividade reconhecidamente poluidora, em sua fase inicial seria um erro e contrariaria a ideia-princípio de proteção integral dos direitos difusos contidos em nossa Carta Magna.

**PALAVRAS CHAVE:** LICENCIAMENTO AMBIENTAL; COMPETÊNCIA LICENCIATÓRIA; EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL ONSHORE.